

# A RESISTÊNCIA POPULAR À CULTURA FORÇADA DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE, 1938-1961

— Pela Brigada de História do Curso de Letras, A.J.U. 1979, da Universidade Eduardo Mondlane

O texto desta análise a um dos muitos aspectos da exploração do camponês moçambicano — o cultivo forçado do algodão — resultou do trabalho porfiado de investigação levado a bom termo, em 1979, por uma brigada dedicada ao estudo da História do nosso Povo, no decurso das AJU's desse ano. Essa brigada, do Curso de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, foi constituída por: Allen Isaacman, Augostinho Pililao, Eugénio Macamo, Maria João Homem, Michael Stephen e Yussuf Adam.

## INTRODUÇÃO

A produção forçada do algodão foi um dos aspectos mais salientes da política portuguesa para explorar os recursos humanos e naturais de Moçambique. Desde 1958 até 1961 alguns milhares de camponeses moçambicanos foram forçados anualmente pelo regime colonial português a cultivar algodão <sup>(1)</sup>. Sob a perspectiva do camponês moçambicano, esta política foi desastrosa chegando a dar origem à fome, fugas e miséria rural <sup>(2)</sup>. Para o capital português, por outro lado, a política de produção de algodão forçado reduziu consideravelmente a balança de pagamentos e facilitou o desenvolvimento de uma indústria têxtil nacional dominada pela burguesia portuguesa. Em 1960 as unidades têxteis portuguesas contradas no Porto e em Braga empregavam mais de 70 000 trabalhadores com uma produção avaliada em mais de 107 milhões de dólares por ano <sup>(3)</sup>.

Até agora muito pouco tem sido escrito sobre o regime de algodão, um acontecimento tão importante na economia política de Moçambique. Questões tão importantes como a articulação entre o poder de Estado e o capital burguês; a posição do algodão no quadro da economia colonial; competição pelo controlo da força de trabalho moçambicano por capitais diferentes; as deslocacões sociais motivadas pelo sistema de algodão e a reacção do campesinato ainda estão em grande parte não respondidas.

Este estudo tenta analisar a resistência dos camponeses à cultura forçada do algodão que representa uma dimensão importante deste problema. Nessa resistência teve lugar o peso da expansão capitalista defendida pela intervenção estatal na produção e comercialização, processos que são resumidamente examinados.

## I — O REGIME DO ALGODÃO

Até à ascensão do regime de Salazar em Portugal em 1928, a produção de algodão em Moçambique era insignificante. Até aí, as plantações europeias que tinham sido estabelecidas no Sul de Moçambique depois da I Guerra Mundial tinham falhado todas, redondamente <sup>(4)</sup>. No entanto, apesar de tudo, o governo de Salazar estava determinado a eliminar a dependência de Portugal de importações de algodão, que, em 1928,

promover a indústria têxtil portuguesa que estava num estado embrionário. Depois do insucesso de concessões de algodão que utilizavam trabalho livre do camoesinato <sup>(5)</sup>, uma nova política, fortemente inspirada na experiência belga do Congo, foi implementada em 1938.

Na base dessa estratégia estava uma intervenção e controlo estatal da produção e da comercialização. Uma instituição estatal, a Junta de Exportação do Algodão, dividia a colónia em doze zonas de algodão e distribuía concessões monopolistas <sup>(6)</sup> em cada uma dessas áreas. A Junta do Algodão, trabalhando estreitamente tanto com a indústria têxtil portuguesa bem como com as companhias concessionárias locais, estabelecia a área mínima que cada família camponesa tinha que cultivar, definia as várias qualidades de algodão e determinava o preço do algodão a pagar tanto aos camponeses pelas companhias concessionárias bem como às próprias companhias concessionárias pela indústria têxtil portuguesa. A Junta do Algodão também proibia a exportação de algodão para países estrangeiros <sup>(7)</sup>.

A política algodoeira articulava-se em dois objectivos inter-relacionados — a maximização tanto dos lucros como da produção. Uma grande variedade de táticas eram utilizadas para se conseguirem estes objectivos. Desde o início, o poder do Estado era utilizado para obrigar os camponeses a cultivar algodão. Polícias stricanos-negros, conhecidos por *Sipaio*s, chefes ao serviço do Governo, administradores locais, e os capatazes das companhias concessionárias foram instruídos a usar métodos, quaisquer que eles fossem, para garantir a produção.

A sua mera presença era suficiente para intimidar a maioria dos camponeses como é evidenciado pelas memórias de um dos missionários protestantes do Niassa: «O administrador Cunhal» ela notou, «tranzava os pretos. Ele fazia-se sempre acompanhar por vários sipaios armados com palmatórias (paus) e tinha sempre uma palmatória e um chicote no seu carro» <sup>(8)</sup>.

Os camponeses que se recusavam a cultivar o algodão ou que não conseguiam produzir a quantidade mínima estabelecida eram detidos e levados presos para o trabalho forçado nas plantações de sisal, cana de açúcar ou coco, ou eram deportados para São Tomé onde muito poucos regressaram <sup>(9)</sup>. Os homens e mulheres que eram julgados preguiçosos ou «não produtivos» pelos funcionários da companhia, eram castigados fisicamente enquanto que os camponeses que clandestinamente continuavam a cultivar produtos alimentares ou para o mercado, tinham os seus campos destruídos <sup>(10)</sup>. Na região de Nampula, por exemplo, um decreto governamental de 1943 resultou na queima de todas as machambas de tabaco dos camponeses nas zonas de algodão <sup>(11)</sup>.

Para aumentar a produção, a área mínima obrigatória de meio hectare por cultivador <sup>(12)</sup>, que devia ser utilizada para o algodão, era rigorosamente respeitada. Por cada mulher mais um meio hectare de algodão tinha de ser cultivado. Na maior parte das regiões o trabalho forçado era introduzido obrigando os camponeses a gastarem sete ou oito horas nos campos e seis vezes por semana. Esta acção tinha como efeito a extensão do dia de trabalho, pois só depois de satisfazer esta obrigação é que se podia utilizar o tempo para produzir as culturas de alimentação <sup>(13)</sup>. Durante este período a área total de algodão cultivado passou de 131 000 ha para 260 000 ha <sup>(14)</sup>.

Até 1947 muitas áreas marginais foram acrescentadas às zonas de algodão, apesar das conclusões dos funcionários do Estado, de que a sua produção era insuficiente para produzir pelo menos um rendimento tal que garantisse a subsistência do camponês <sup>(15)</sup>.

Entre 1940 e 1943 o rendimento médio anual por camponês produtor de algodão era de 165 escudos e em algumas áreas era tão baixo, que rondava só os 25 escudos <sup>(16)</sup>.

Na mesma altura, a produção foi aumentada das 16 000 toneladas em 1936 para mais de 119 000 toneladas, em média, entre 1957 e 1960, alimentando o «boom» têxtil português <sup>(17)</sup>.

## QUADRO I

Ano.	Produção (t)	Ano	Produção (t)
1936 (a)	16 200	1951 (b)	
1938 (a)	21 300	1952 (b)	93 721
1941 (b)	51 007	1953 (b)	125 353
1942 (b)	63 815	1954 (b)	102 935
1943 (b)	60 34	1955 (b)	86 551
1944 (b)	63 815	1956 (b)	85 188
1945 (b)	54 466	1957 (b)	108 233
1946 (b)	62 757	1958 (b)	91 510
1947 (b)	75 056	1959 (b)	134 900
1948 (b)	64 920	1960 (b)	139 840
1949 (b)	86 307	1961 (b)	110 651
1950 (b)	56 162		

Fontes: (a) A.I.A., J.E.A.C., compras de algodão.  
(b) Estatística Agrícola, Província de Moçambique, 1941-61.

Através de uma grande variedade de políticas legais altamente exploradoras, os capitalistas portugueses ganhavam grandes lucros em investimentos relativamente baixos consistindo, basicamente, em construções das fábricas e instalações das maquinárias. Trabalhando conjuntamente com a Junta do Algodão, as companhias concessionárias eram capazes de manter os preços pagos aos camponeses moçambicanos, artificialmente baixos. Em 1938, por exemplo, cada quilograma de algodão de primeira qualidade era vendido no Sul do Save por 1\$50 e o de segunda qualidade por 1\$10 <sup>(18)</sup>. Isto de facto representava uma redução no preço quando se compara com o período antes da imposição do regime de algodão <sup>(19)</sup>. Em 1936, o preço que os camponeses recebiam na mesma região pelo algodão da mesma qualidade era de 1\$80 e 1\$30, respectivamente <sup>(20)</sup>.

Durante os 25 anos seguintes o preço pago pelo algodão aumentou numa escala consideravelmente mais baixa do que qualquer outra produção agrícola moçambicana, com a excepção do arroz que era também uma cultura forçada <sup>(21)</sup>. Por volta de 1958 o algodão de primeira era vendido por cerca de 3 escudos o quilo o que equivalia a menos da metade do que era pago na vizinha colónia da Rodésia do Sul e a um pouco mais do que dois terços do que era pago no Uganda e no Quênia <sup>(22)</sup>.

No entanto, nos mercados locais os funcionários das companhias baixavam uniformemente a qualidade do algodão e usavam balanças viciadas para reduzir o peso. Nós nunca sabíamos o preço, lem-

brava-se um produtor de algodão. Quando nós chegávamos ao mercado davam-nos 50\$00 por um saco com 50 quilos de algodão, que nós tínhamos de aceitar. Se nós nos queixássemos os sipaios batiam-nos. Se o saco pesava mais do que 50 quilos nós só recebíamos 50\$00 <sup>(23)</sup>.

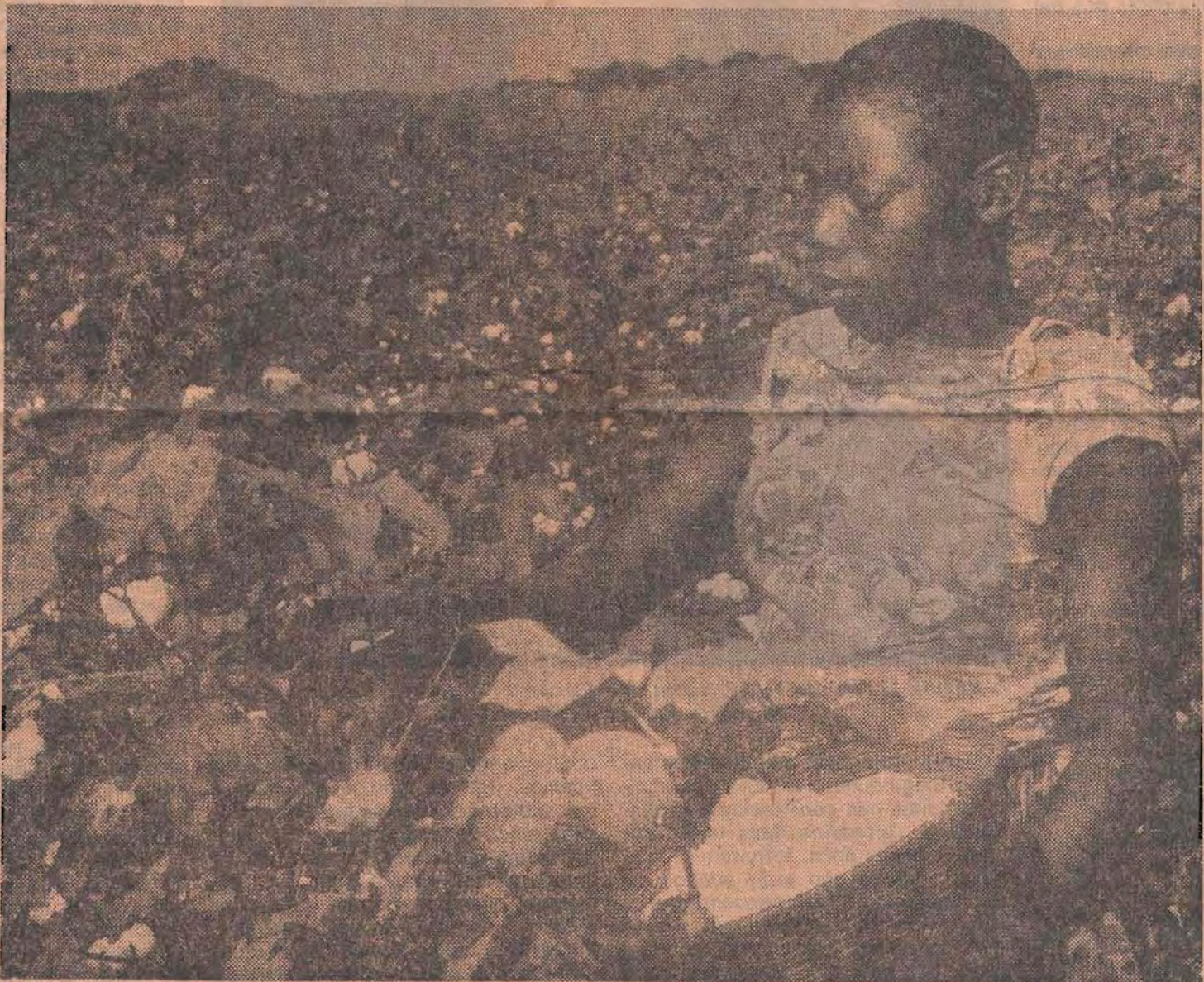
Se os camponeses protestavam que os sacos do seu algodão tinham mais peso e que tinham sido mal classificados e manipulados pelos polícias colocados nos mercados, reprimam-nos violentamente.

Comprando o algodão a preços muito baixos, as companhias concessionárias tinham então a possibilidade de processar a revenda do produto às fábricas portuguesas a preços que estavam muito abaixo dos preços dos mercados mundiais <sup>(24)</sup>. Estas fábricas produziam então tecidos de baixa qualidade que eram exportados para as colónias em condições quase monopolistas — ou que muito se aproximavam das condições monopolistas — porque a legislação proibia e impedia o desenvolvimento de uma indústria têxtil local e os direitos alfandegários eram discriminatórios, pois impediam importações não portuguesas.

Os preços baixos que os camponeses recebiam e os abusos físicos que sofriam representavam somente duas consequências nefastas da política colonial de produção forçada de algodão. No entanto, talvez a dimensão mais desagregadora era a redução substancial em tempo e área das produções alimentares básicas <sup>(25)</sup>.

Toda a minha família produzia algodão para a Companhia Agrícola Algodoeira... Eles pagavam-nos muito mal. Era muito difícil ganhar a vida porque nos pagavam muito pouco, e nós não tínhamos tempo de tratar das nossas outras culturas... O tempo da produção de algodão era o tempo de grandes fomes, porque nós só podíamos produzir algodão; nós recebíamos um preço muito baixo por ele e nós não tínhamos tempo para produzir outros produtos. Nós éramos forçados a produzir algodão. As pessoas não queriam fazê-lo, eles sabiam que o algodão era a mãe da pobreza <sup>(26)</sup>.

No decurso de uma grande parte do ciclo agrícola eles eram obrigados a gastar a parte mais produtiva do dia nos seus campos de algodão, deixando somente os fins da tarde e as madrugadas para trabalhar na produção alimentar. Não era anormal para os camponeses começar a trabalhar nas suas machambas de milho às quatro da manhã e, quando possível, tirar partido da Lua para trabalhar até muito mais tarde durante a noite. Quando não eram obriga-



A imagem mostra-nos uma camponesa dos nossos dias a colher o algodão da machamba colectiva para alimentar as fábricas de tecelagem instaladas no País

dos a trabalhar nas machambas de algodão do chefe nos domingos, eles eram quase sempre encontrados a trabalhar nos seus talhões familiares <sup>(27)</sup>.

Apesar destes esforços a escassez de comida ocorria com grande regularidade e quase que não houve época durante este período de 25 anos durante a qual as fomes não foram relatadas pelas autoridades coloniais e observadores contemporâneos. Em 1951, na região algodoeira de Mogovolas, morreram de fome milhares de pessoas... os factos indicam que nesta região morreram 3000 ou 4000 pessoas <sup>(28)</sup>.

Na generalidade, os camponeses raramente tinham os fundos necessários para comprar comida que não tinham a possibilidade de produzir, para não falar de commodities básicas, tais como a roupa, que eles conseguiam comprar antes da introdução do regime de algodão. Este empobrecimento rural reflectia a produção camponesa baixa. Nalgumas áreas era tão baixa como 30 a 50 quilogramas de algodão por hectare, agravada pelos baixos preços pagos ao produtor. Até cerca de 1938 o rendimento anual médio obtido do algodão estava estimado em um pouco mais do que onze dólares, dos quais os impostos consumiam 40 por cento <sup>(29)</sup>.

## II — AS FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Dadas estas dificuldades, não é surpreendente que a resistência à cultura forçada do algodão emergisse quase que imediatamente, apesar do quase monopólio do poder nas mãos do Estado e das companhias concessionárias. Os camponeses manifestavam a sua oposição a todos os níveis do processo de produção e de comércio. Para efeitos de análise esta resistência foi dividida em três categorias distintas mas, interligadas entre si: recusa de mão-de-obra; sabotagem de produção e boicote; e criação de dificuldades no comércio. Geralmente, os indivíduos engajavam-se em mais de uma forma de resistência no decorrer de um ano. Por isso, apesar de serem formas distintas, de facto, elas ligavam-se mútua e reciprocamente.

O não fornecimento de mão-de-obra era talvez a forma de expressão de descontentamento que tomava uma maior variedade de formas: Muitos camponeses engravavam para os países vizinhos para evitar a tirania do regime de algodão. A fuga para áreas relativamente não controladas situadas em zonas afastadas da colónia, representava uma variedade desta estratégia. Outros camponeses que eram relutantes em deixar as suas terras natais, simplesmente, recusavam-se a cooperar. Através dos 25 anos de produção de algodão houve notícias de fugas maciças de mão-de-obra de todas as zonas algodoeiras da colónia. Devido à natureza clandestina deste movimento de resistência não existem estatísticas governamentais precisas, mas observadores contemporâneos

Migrações clandestinas ocorriam geralmente quando havia um endurecimento geral do sistema de algodão ou então para evitar abusos físicos específicos. Um antigo produtor de algodão, que vive em Gaza, lembrava-se que a chegada dos capatazes era suficiente para aterrorizar as pessoas e manter os que não tinham produzido os mínimos necessários numa fuga para o interior. Muitos — continuou — foram para tão longe como Durban, donde nunca mais voltaram <sup>(30)</sup>.

Da mesma maneira os camponeses de Cabo Delgado fugiram para o Tanganica em vez de trabalharem nas duras condições das plantações de sisal — um castigo frequente para a baixa produtividade <sup>(31)</sup>.

Em 1949, um funcionário da Junta do Algodão notava numa visita à área do Chal, Cabo Delgado, que havia grandes dificuldades em manter a produção de algodão por causa das grandes migrações dos Macondes, Macus e Yaos para territórios estrangeiros <sup>(32)</sup>.

Dois anos mais tarde o Bispo da Beira, Sebastião Resende, observava que uma grande parte da sua diocese estava sem população (despovoada) <sup>(33)</sup>.

Migrações clandestinas eram sempre árduas e difíceis. Os camponeses tinham sempre que andar várias centenas de quilómetros com crianças às costas, acompanhados dos seus velhos. Eles tinham que fazer face a um grande número de dificuldades incluindo a falta de alimentação e de abrigo, ataques de bandidos e o perigo constante de captura representado pelos sipaios. Para fazer face a estas dificuldades, os indivíduos fugitivos sempre se juntavam para formar bandos temporários, que repartiam entre si os conhecimentos sobre como fugir, alimentação e possibilitavam uma protecção colectiva <sup>(34)</sup>.

Migrações bem planeadas numa escala mais vasta, ocorriam menos frequentemente por causa de um medo generalizado produzido pela vigilância constante e pela violência frequente. No entanto, elas existiam. Em certas ocasiões estas eram organizadas por chefes que não tinham sido absorvidos pela estrutura colonial. Outros chefes, apesar do medo de retaliações por parte das estruturas do Estado, acabavam por concordar em participar. Os dois factores operavam no distrito de Balama, Cabo Delgado, onde grandes migrações para o Tanganica foram organizadas pelos chefes Nemele, Mephitchi e Bhwemwe ne Cuecueto <sup>(35)</sup>. Como a maior parte dos régulos beneficiavam financeiramente do regime algodoeiro, era natural que a iniciativa para a fuga viesse dos camponeses insatisfeitos.

Um produtor de algodão em Macomia lembrou a forma como ele e a sua família, acompanhados por mais três outras famílias de camponeses, planearam cuidadosamente fugir para o Tanganica. Na noite previamente marcada nós trouxemos as nossas catanas e zagais para proteger as nossas mulheres e crianças que estavam a carregar a comida. Caminhámos cautelosamente na escuridão das picadas, dentro das florestas, para não sermos localizados pelos sipaios que estavam

guijá em 1938. Maganja em 1940, Metangula em 1945, Inhalinga e Maconde em 1946 e Montepuez em 1948 <sup>(36)</sup>.

O mais espectacular dos exemplos documentados ocorreu no Búzi, em 1947. Aí 7000 mulheres recusaram-se a aceitar sementes que o administrador tinha mandado distribuir. Elas argumentaram que com os seus homens ausentes a trabalharem nas plantações da Sena Sugar, não havia nem tempo nem mão-de-obra suficiente para produzir algodão e comida em quantidades suficientes. Num compromisso simbólico com a militância das mulheres, o administrador ofereceu-se para isentar as mulheres grávidas e mães de mais de quatro filhos, da produção de algodão. As outras foram obrigadas, como antes <sup>(37)</sup>.

Como estes camponeses estavam tanto a retirar o seu trabalho imediato e a servir de símbolo de resistência, funcionários da companhia, aliados às autoridades coloniais, tentaram eliminar este duplo perigo tão rapidamente quanto era possível:

Se nós recusamos a cultivar algodão, eles prendem-nos, põem-nos correntes, batem-nos e mandam-nos para um lugar donde nós não voltamos. Quando eu era pequeno eu conheci um chefe Natavia, eles prenderam-no e ele nunca mais voltou <sup>(38)</sup>.

Em casos extremos os camponeses que não cooperavam eram levados para as plantações de cacau de São Tomé, onde trabalhavam em condições muito pior da escravatura e donde muito poucos retornaram <sup>(39)</sup>.

Outros menos afortunados eram presos e forçados a trabalhar no sisal, chá, açúcar e tabaco, bem como em obras do Governo, em períodos compreendidos entre os 8 e 24 meses. No fim deste período recebiam uma remuneração muito pequena ou nada ganhavam <sup>(40)</sup>. Camponeses que não conseguiam alcançar os níveis de produção requeridos sofriam um tratamento similar <sup>(41)</sup>. Como acontecia nas plantações de escravos do Sul da América, a baixa produção era interpretada como resultado da preguiça inata dos produtores, em vez de como qualquer outra forma de resistência <sup>(42)</sup>.

Apesar de uma constante repressão, há um número de casos documentados de várias partes da colónia que se recusavam deliberadamente a semear o algodão.

Um grande número de camponeses, apesar do seu número ser indeterminável, sabotou a produção clandestinamente. Muitas comunidades rurais aproveitavam-se de uma possibilidade de fuga existente na legislação sobre o algodão que isentava, de produção futura, áreas que tinham produções não económicas i.e. menos de 200 quilos por hectare num período de 2-3 anos. Para conseguirem esta isenção, os camponeses cozinhavam clandestinamente todas ou uma parte das sementes, antes de as semear. Geralmente, este subterfúgio era levado a cabo colectivamente depois de reuniões nocturnas secretas. Informadores ou colaboradores eram eliminados destas discussões ou intimidados a não darem conhecimento delas.

Uma mulher que participou em reunião clandestina na serra Chenavane (Xinavane?) disse que o régulo Malene reuniu toda a gente uma noite onde se chegou à conclusão de que ninguém queria cultivar algodão porque não tinham tempo para as suas culturas alimentares <sup>(43)</sup>.

Logo depois desta decisão ter sido tomada, todos procederam à realização das operações agrícolas normais: limpeza, sementeira, escafa e colheita. Os funcionários do algodão bem como as autoridades administrativas estavam surpresas pela baixa produção que eles atribuíam à pobreza do solo ou a outras deficiências naturais. Repetindo o subterfúgio por um período de dois ou três anos muitos camponeses conseguiam livrar-se da tirania do regime de algodão.

Os camponeses implementavam com sucesso esta estratégia em localidades tão distantes como Magude, Manjacaze e Chibuto na província de Gaza, e Montepuez, Pemba e Mueda, no Norte <sup>(44)</sup>. Testemunhos dos oficiais coloniais confirmam a generalização desta prática <sup>(45)</sup>.

Apesar das dificuldades em identificar ou detectar esta prática, os camponeses eram às vezes apanhados. Os que o eram, sofriam uma dura destruição de produtos alimentares, castigos físicos e prisão demorada <sup>(46)</sup>.

Os acontecimentos na Serra da Gorongosa são um caso em evidência. Aí os camponeses, que efectivamente sabotaram a produção de algodão, foram informados de que não tinham que cultivar mais algodão. Ironicamente, no ano seguinte, receberam ordens para cultivar arroz, uma tarefa que era ainda mais trabalhosa e dava um rendimento ainda mais baixo <sup>(47)</sup>.

Semeando menos do que o estipulado meio hectare representava uma forma de resistência <sup>(48)</sup>. O chefe da delegação do Sul do Save, num relatório do Instituto do Algodão datado de 1941, notava que a maior parte dos indígenas não cultiva a machamba na totalidade da área marcada... <sup>(49)</sup>. Da mesma forma para o período 1940-43 estatísticas oficiais indicam que nas Províncias do Norte: Zambézia, Moçambique, Niassa e Cabo Delgado, indicam que 630 000 famílias só cultivaram 211 000 hectares ou 1/3 ha por cada família. Em resumo, três famílias cultivavam a área que o Estado definira como obrigatória para duas famílias <sup>(50)</sup>. Dezanove anos mais tarde um funcionário da Agricultura escrevia para o governador de Tete queixando-se que nas áreas algodoeiras da Sociedade Algodoeira de Tete, são em grande maioria machambas cujas medidas não satisfaziam os mínimos indicados <sup>(51)</sup>. Mesmo com estas áreas de algodão reduzidas, muitos camponeses clandestinamente semeavam produtos alimentares <sup>(52)</sup>. O chefe da subdelegação do Sul do Save informou: Tenho recebido muitas informações de que os indígenas do Concelho de Gaza estavam semeando milho e plantando mandioca nos terrenos que haviam sido marcados ou preparados para a cultura do algodão <sup>(53)</sup>.

Os camponeses manifestavam também a sua hostilidade através de «beixas de produção» (greves silenciosas). Em 1947, o regente agrícola de Quelimane chamava a atenção que a preparação das machambas ainda se encontra bastante atrasada em algumas áreas, em especial na área do posto de Mocubela... <sup>(54)</sup>. Notícias provenientes de funcionários das companhias algodoeiras e de autoridades coloniais em Maconde, Marrupa, Macomia e Maganja durante a segunda metade da década de 1940, só testemunham a persistência dos camponeses em semear tarde e em não schar propriamente os campos <sup>(55)</sup>. Da mesma forma os camponeses em Chibuto — era relatado periodicamente — recusaram-se a apanhar o algodão para protestar contra os preços baixos recebidos no ano anterior <sup>(56)</sup>. Estas acções não foram na maior parte dos casos detectadas ou foram explicadas como mais uma indicação da natureza não económica do camponês moçambicano. A falha dos funcionários do Estado em reconhecer estes actos como esforços conscientes para prejudicar a produção torna difícil concluir a extensão desta prática. Saraiwa Bravco, que escreveu o estudo mais completo até à data sobre o sistema algodoeiro afirma que estas acções ocorriam frequentemente <sup>(57)</sup>.

Enquanto que estas acções baixavam as produções, a recusa de muitos produtores em queimar as plantas do algodão após a colheita, prejudicava a produção futura <sup>(58)</sup>. A planta não queimada era um hospedeiro ideal para doenças e parasitas que combinados com a falta de produtos químicos (pesticidas) importados, resultava em sérias perdas de produção <sup>(59)</sup>.

A resistência dos camponeses não parava com a colheita, mas continuava com os abusos nos mercados da companhia. Para combater os preços artificialmente conservados baixos e a manipulação de preços e qualidades, muitos produtores adulteravam o algodão que vendiam. A tática mais comum era colocar pequenas pedras no centro dos sacos de algodão. Uma vasta variedade de objectos utilizados para aumentar os pesos incluíam pedaços de tijolos e abóbora <sup>(60)</sup>. O algodão era depois pisado, aumentando o volume em proporção com o peso e escondendo mais propriamente os objectos estranhos <sup>(61)</sup>. Apesar da inspecção dos sacos de algodão no mercado e da severidade dos castigos infligidos aos que eram descobertos, nem o regime colonial nem os funcionários das companhias foram capazes de parar esta prática.

Outros moçambicanos espalharam clandestinamente o seu algodão ao longo das estradas em vez de o transportarem em sacos de 80 quilos à cabeça em distâncias muito grandes com pagamentos muito baixos. Um funcionário colonial ao escrever em 1947 notou que os camponeses recusavam-se a vender, preferindo queimá-lo ou deixá-lo fora <sup>(62)</sup>. O mesmo tipo de acções foram notadas em Porto Amélia (Pemba) e Balama <sup>(63)</sup>. Alguns produtores escondiam o seu algodão queimando o algodão abandonado porque, três dias de viagem e as pessoas tinham que dormir no mato. E quando lá chegavam, os polícias ficavam à sua espera com novas cangarras para carregar de novo o algodão, sem deixar as pessoas comer alguma coisa. Por isso, quando o polícia se ausentava, o pai, que era o chefe da família, ia deitar ao mato as outras cangarras carregadas de algodão. Em todo o caso ele não ficava desancado porque só se libertava ou aspirava quando o algodão fosse destruído pelas queimadas. O algodão de segunda nem se chegava a vender, porque as pessoas deitavam-no fora logo no mato, para não terem de carregar para muito longe <sup>(64)</sup>.

Apesar do monopólio do poder estar concentrado nas mãos do Estado, existem exemplos de vários boicotes minuciosamente organizados contra a Companhia Algodoeira do Sul do Save. Em 1958 na área de Guijá, um grande número de camponeses reuniu-se em reuniões secretas para discutir a organização, por Gabriel Mucave, Paulo Chongo e Simone Sitohi, muitas pessoas levantaram-se e falaram contra os abusos e dos sofrimentos que sofriam. Eles resolveram não vender o algodão até que as autoridades concordassem em

(Continua na página seguinte)